RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 28 de Novembro de 2026

Disputa sobre comando das investigações do Banco Master prolonga-se no STF com impasses e conflitos internos

Indefinição sobre relatoria do caso Master gera tensões entre ministros do Supremo Tribunal Federal e adia decisões sobre investigações

A falta de clareza a respeito de quem será responsável pelas investigações envolvendo o Banco Master abriu múltiplos conflitos dentro do STF (Supremo Tribunal Federal), que enfrenta diversos **impasses relacionados à distribuição de processos** vinculados ao ex-banqueiro **Daniel Vorcaro** e à participação de ministros mencionados nas investigações.

As discordâncias englobam questões como a continuidade do presidente da Corte, **Edson Fachin**, coordenando os procedimentos, o possível retorno de **André Mendonça** à posição de relator do inquérito principal e a contestação interna contra a atuação de Kassio Nunes Marques em ações ligadas ao banco.

Somado a tudo isso, existe a urgência de estabelecer quem será incumbido de coordenar possíveis investigações contra os próprios ministros do tribunal.

Leia Mais:



Governo vê negociação insuficiente e revê estratégia para relação com EUA



Nos EUA há um mês, Flávio segue votando e recebendo salário de senador



Emendas limitam políticas públicas de longo prazo, diz cientista política

O conflito ganhou maior intensidade nesta semana com a designação a Nunes Marques de um mandado de segurança protocolado pela defesa de Vorcaro contestando a atuação de Fachin no caso Master.

A partir de setembro, quando a publicação de diálogos entre Vorcaro e ministros provocou turbulência interna no tribunal, Fachin concentrou em sua pasta os procedimentos relacionados à apuração, contudo não assumiu a relatoria formal do inquérito.

Essa estratégia buscava contornar a tensão entre os magistrados e seria reavaliada assim que a Polícia Federal entregasse seus relatórios contendo menções aos integrantes da Corte.

Porém, a conclusão dessa fase não resolveu a contenda e deu origem a novas polêmicas sobre a possível remessa dos processos e sobre a viabilidade de cada magistrado participar do caso.

Oposição à atuação de Nunes Marques

A indicação de Kassio como relator da ação que questiona a conduta de Fachin gerou incômodo no Supremo. Uma parcela do tribunal sustenta que o ministro não está apto a participar de procedimentos vinculados ao Master em razão das referências nos materiais coletados pela Polícia Federal.

O ministro foi designado relator por critério de prevenção, sistema que encaminha processos relacionados a um mesmo juiz. Kassio havia recebido anteriormente dois outros requerimentos de libertação de Vorcaro.

Essa designação provocou reclamações de colegas de Kassio e de Fachin, conforme reportado pela **CNN**.

Em setembro, durante a sessão para examinar a eventual inicialização de investigação contra Alexandre de Moraes, Kassio se declarou impedido de votar. Justificou sua posição em virtude de sua ocupação como presidente do **TSE (Tribunal Superior Eleitoral)** e dos impactos eleitorais possíveis da matéria.

Entretanto, parcela considerável do Supremo propugna que a exclusão de Nunes Marques dos procedimentos ligados ao Master seja permanente, não meramente temporária.

A eventual declaração de impedimento ou suspeição no mandado de segurança igualmente poderia levantar indagações sobre a capacidade do ministro de atuar em julgamentos anteriores relacionados ao banco, como aqueles sobre prisões preventivas.

Ainda na quarta-feira (25), a defesa de Vorcaro contestou a designação da ação a Kassio. Os defensores argumentam que falta conexão de prevenção entre as demandas e requerem que o processo seja transferido ao decano, **Gilmar Mendes**.

O Supremo sustenta que a designação respeitou seus procedimentos habituais. De acordo com a corte, um eventual reconhecimento de impedimento pelo próprio Nunes Marques acarretaria um novo sorteio da relatoria.

Mendonça busca recuperar a coordenação das apurações

Em outro aspecto, André Mendonça trabalha para retomar a coordenação das apurações sobre o Master.

O ministro renunciou ao sigilo do relatório produzido pela Polícia Federal que faz menções a ele, numa estratégia para fortalecer sua argumentação na disputa pela relatoria do inquérito.

Fachin acolheu o pedido no dia 20. O relatório divulgado revela que a Polícia Federal **não localizou registros de trocas de mensagens diretas entre Mendonça e Vorcaro**.

Essa movimentação acontece concomitantemente com esforços de um segmento do Supremo em defesa de um novo sorteio para escolher o relator da apuração. O entendimento desse grupo é que devolver os autos a Mendonça seria impraticável enquanto subsistir a possibilidade de apuração contra o próprio magistrado.

A ação de Mendonça incrementou a pressão sobre os demais três magistrados que receberam relatórios encaminhados à PGR (Procuradoria-Geral da República): **Alexandre de Moraes**, **Dias Toffoli** e **Nunes Marques**.

Uma possível decisão da Procuradoria favorável ao encerramento do procedimento contra Mendonça poderá robustecer os argumentos para retornar o inquérito ao ministro, embora isoladamente não resolva a questão da relatoria.

A indeterminação afeta o prosseguimento das apurações. Enquanto os autos permaneceram sob coordenação de Fachin sem transformação formal da relatoria, inúmeras petições de defesas dos investigados foram mantidas represadas.

Procedimentos contra os próprios integrantes do tribunal

O Supremo também deve resolver o destino dos procedimentos envolvendo seus próprios magistrados após a manifestação da PGR.

Dos dez relatórios confeccionados pela Polícia Federal, seis foram desativados por Fachin, pois continham apenas citações de terceiros. Os quatro restantes foram remetidos ao órgão de acusação.

Um dos cenários discutidos internamente prevê a remessa dos procedimentos para ministros cujos relatórios foram arquivados. Nesta situação, **Gilmar Mendes**, **Flávio Dino**, **Luiz Fux**, **Cármen Lúcia** e **Cristiano Zanin** poderiam ser designados.

Persiste também a questão sobre o prosseguimento do julgamento referente à abertura de investigação contra Moraes, que foi suspenso em setembro devido a pedido de vista de Dino. Conforme também divulgado pela **CNN**, existe divergência sobre se esse julgamento deve ser retomado antes de submeter ao pleno os desdobramentos dos recentes relatórios da Polícia Federal.

Com a aproximação do recesso do Poder Judiciário, associada aos conflitos internos e à rejeição de parcela do tribunal à atuação de certos magistrados, aumenta a probabilidade de que o Supremo **chegue a 2027 sem definir quem conduziráas investigações do Master**.